

O CÉREBRO E O PENSAMENTO: UMA ILUSÃO FILOSÓFICA*

Tradução de Franklin Leopoldo e Silva

* Comunicação lida no Congresso da Filosofia de Genebra em 1904 e publicada na *Revue de Métaphysique et de Morale* com o título: O paralogismo psicofisiológico. (Recolhida na coletânea *Énergie Spirituelle*, 1919.)

A idéia de uma equivalência entre o estado psíquico e o estado cerebral correspondente permeia uma boa parte da filosofia moderna. Discutiu-se mais sobre as causas desta equivalência do que sobre a própria equivalência. Para uns, ela proviria de que o estado cerebral se duplica, em certos casos, com uma fosforescência psíquica que lhe ilumina o contorno. Para outros, ela vem do fato de o estado cerebral e o estado psicológico entrarem respectivamente em duas séries de fenômenos que se correspondem ponto por ponto, sem que seja preciso atribuir à primeira a criação da segunda. Mas uns e outros admitem a equivalência ou, como se diz mais freqüentemente, o *paralelismo* das duas séries. Para fixar as idéias, formularíamos a tese da seguinte maneira: "Sendo dado um estado cerebral, segue-se um estado psíquico determinado". Ou ainda: "Uma inteligência sobre-humana, que assistisse ao movimento dos átomos de que é feito o cérebro humano e que tivesse a chave da psicofisiologia, poderia ler, num cérebro trabalhando, tudo o que se passa na consciência correspondente". Ou enfim: "A consciência não diz nada mais do que se passa no cérebro; ela apenas o exprime numa outra língua".

Sobre as origens totalmente metafísicas desta tese não há dúvidas possíveis. Ela deriva em linha direta do cartesianismo. Implicitamente contida (com muitas restrições, é bem verdade) na filosofia de Descartes, destacada e levada ao extremo por seus sucessores, ela passou, por intermédio dos médicos filósofos do século XVIII, para a psicofisiologia de nosso tempo. E compreende-se facilmente que os fisiologistas a tenham aceitado sem discussão. Antes de tudo, eles não tinham escolha, pois o problema lhes vinha da metafísica, e os metafísicos não lhe haviam dado outra solução. Também, era interessante para a fisiologia ligar-se a esta tese e proceder *como se* ela devesse, algum dia, fornecer a tradução fisiológica integral da atividade psicológica: somente nestas condições ela poderia progredir e levar sempre mais longe a análise das condições cerebrais do pensamento. Era, e ainda pode ser, um excelente início de pesquisa, que significará que não devemos nos apressar em assinalar os limites da fisiologia, como, de resto, de nenhuma outra investigação científica. Mas a afirmação dogmática do paralelismo psicofisiológico é coisa totalmente diferente. Não é mais uma regra científica, é uma hipótese metafísica. Na medida em que é inteligível, ela é a metafísica de uma ciência nos quadros puramente matemáticos, da ciência tal como era con-

cebida no tempo de Descartes. Cremos que os fatos, examinados sem pressuposições de mecanismo matemático, sugerem já uma hipótese mais sutil relativamente à correspondência entre estado psicológico e estado cerebral. Este somente exprimiria as *ações* que se encontram preformadas naquele; desenharia as articulações motoras dele. Dado um fato psicológico, determinaremos sem dúvida o estado cerebral concomitante. Mas a recíproca não é verdadeira, e ao mesmo estado cerebral corresponderiam estados psicológicos muito diversos. Não insistiremos nesta solução exposta num trabalho anterior. A demonstração que vamos apresentar é, aliás, independente dele. Não nos propomos aqui, com efeito, substituir a hipótese do paralelismo psicofisiológico por outra, mas estabelecer que aquela hipótese implica, em sua forma habitual, uma contradição fundamental. Esta contradição está, aliás, repleta de ensinamentos. Se a percebermos claramente, adivinharemos em que direção é preciso buscar a solução do problema, ao mesmo tempo que descobrimos o mecanismo de uma das mais sutis ilusões do pensamento metafísico. Não faremos, pois, obra puramente crítica ou destrutiva assinalando tal contradição.

Pretendemos que a tese repousa numa ambigüidade nos termos, que ela não pode ser enunciada corretamente sem destruir a si mesma, que a afirmação dogmática do paralelismo psicofisiológico implica um artifício dialético pelo qual se passa sub-repticiamente de um certo sistema de notação para o sistema oposto, sem levar em conta a substituição. Este sofisma — nem é preciso dizer — nada tem de intencional: ele é sugerido pelos próprios termos em que a questão é colocada; e ele é tão natural a nosso espírito que o cometeríamos inevitavelmente se não nos tivéssemos obrigado a formular a tese do paralelismo *alternativamente* nos dois sistemas de notação de que dispõe a filosofia.

Quando falamos de objetos exteriores, podemos escolher, com efeito, entre dois sistemas de notação. Podemos tratar estes objetos e as mudanças que se operam neles como *coisas* ou como *representações*. E os dois sistemas de notação são aceitáveis, contanto que se adira estritamente ao escolhido.

Tentemos primeiramente distingui-los com precisão. Quando o realismo fala de coisas e o idealismo de representações, eles não discutem simplesmente sobre palavras: são realmente dois sistemas de notações diferentes, isto é, duas maneiras distintas de compreender a análise do real. Para o idealista nada mais há, na realidade, além do que aparece à minha consciência ou à consciência em geral. Seria absurdo falar de uma propriedade da matéria que não se pudesse tornar objeto de representação. Não há virtualidade ou, ao menos, nada de definitivamente virtual nas coisas. Tudo o que existe é atual ou poderá tornar-se atual. Em suma, o idealismo é um sistema de notação implicando que todo o essencial da matéria é mostrado ou mostrável na representação que dele temos, e que as articulações do real são as mesmas de nossas representações. O realismo repousa na hipótese inversa. Dizer que a matéria existe independentemente de nossa representação é pretender que sob nossa representação da matéria há uma causa inacessível desta representação, que por trás da percepção do atual há poderes e virtualidades

ocultos: é, enfim, afirmar que as divisões e articulações visíveis em nossa representação são puramente relativas à nossa maneira de perceber.

Não duvidamos, por outro lado, de que se possa fornecer definições mais profundas das tendências realista e idealista, tais como as encontramos na história da filosofia. Nós mesmos, em um trabalho anterior, havíamos tomado as palavras “realismo” e “idealismo” num sentido bastante diferente. Não nos prendemos, pois, de forma alguma, às definições que acabamos de enunciar. Elas caracterizariam sobretudo um idealismo à moda de Berkeley e o realismo que a ele se opõe. Talvez traduzam com suficiente precisão a idéia que se faz habitualmente das duas tendências, a parte do idealismo se estendendo tão longe quanto a do representável, o realismo reivindicando o que ultrapassa a representação. Mas a demonstração que vamos esboçar é independente de qualquer concepção histórica do realismo e do idealismo. Àqueles que contestariam a generalidade de nossas duas definições, pediríamos que só vissem nas palavras *realismo* e *idealismo* termos convencionais pelos quais designaremos, durante o presente estudo, duas noções do real, das quais uma implica a possibilidade e a outra a impossibilidade de identificar as coisas com a representação, desdobrada e articulada no espaço, que oferecem a uma consciência humana. Todos concordarão que os dois postulados se excluem, que, conseqüentemente, é ilegítimo aplicar ao mesmo tempo os dois sistemas de notação ao mesmo objeto. Ora, não temos necessidade de mais nada para a presente demonstração.

Propomo-nos a estabelecer os três pontos seguintes: 1.º se optamos pela notação idealista, a afirmação de um paralelismo (no sentido de equivalência) entre o estado psicológico e o estado cerebral implica contradição; 2.º se preferimos a notação realista, reencontramos, transposta, a mesma contradição; 3.º a tese do paralelismo somente parece sustentável se empregamos ao mesmo tempo, na mesma proposição, os dois sistemas de notação de uma só vez. Ela só parece inteligível se, por uma mágica intelectual inconsciente, passamos instantaneamente do realismo para o idealismo e do idealismo para o realismo, abandonando um ou outro no exato momento em que estamos para ser surpreendidos em flagrante delito de contradição. Somos, aliás, aqui, naturalmente mágicos, pois o problema em pauta, sendo a questão psicofisiológica das relações entre o cérebro e o pensamento, sugere-nos, pela sua própria colocação, os dois pontos de vista do realismo e do idealismo, uma vez que o termo “cérebro” nos faz pensar numa *coisa* e o termo pensamento, numa *representação*. Pode-se dizer que o enunciado da questão já contém, em potência, o equívoco pelo qual ela será respondida.

Coloquemo-nos primeiramente na perspectiva idealista, e consideremos, por exemplo, a percepção dos objetos que ocupam, num dado momento, o campo visual. Estes objetos agem, por intermédio da retina e do nervo ótico, sobre os centros da visão: provocam uma modificação dos agrupamentos atômicos e moleculares. Qual é a relação entre esta modificação cerebral e os objetos exteriores?

A tese do paralelismo consistirá em sustentar que podemos, uma vez de posse do estado cerebral, suprimir por um golpe de mágica todos os objetos per-

cebidos sem que nada mude no que se passa na consciência, pois é este estado cerebral causado pelos objetos, e não o próprio objeto, que determina a percepção consciente. Mas como não ver que uma proposição deste gênero é absurda na hipótese idealista? Para o idealismo, os objetos exteriores são imagens e o cérebro é uma delas. Nada há nas coisas além do que é mostrado ou mostrável na imagem que elas apresentam. Não há, pois, no movimento dos átomos cerebrais, nada além do movimento dos átomos. Uma vez que isto é tudo o que supusemos no cérebro, isto é tudo o que encontramos aí e tudo o que podemos tirar dele. Dizer que a imagem do mundo circundante deriva desta imagem, ou que se exprime por esta imagem, ou que surge uma vez dada esta imagem, ou que nos damos a imagem do mundo circundante ao nos darmos a do cérebro, seria contradizer-se, pois estas duas imagens, o mundo exterior e o movimento intracerebral, são supostamente de mesma natureza, e a segunda imagem é, por hipótese, uma ínfima parte do campo de representação, enquanto a primeira preenche totalmente o campo de representação. O fato de que a estimulação cerebral contenha virtualmente a representação do mundo exterior pode parecer inteligível numa doutrina que faça do movimento algo de *subjacente* à representação que dele temos, um poder misterioso de que percebemos apenas o efeito produzido em nós. Mas isto apareceria imediatamente como contraditório na doutrina que reduz o movimento a uma representação, pois significa que uma pequena parcela da representação é a totalidade da representação.

Concebo, na hipótese idealista, que a modificação cerebral seja um *efeito* da ação dos objetos exteriores, um movimento recebido pelo organismo e que vai preparar as reações apropriadas: imagens entre imagens, imagens moventes como todas as imagens, os centros nervosos apresentam partes móveis que recolhem certos movimentos exteriores e os prolongam em movimentos de reação realizados ou somente iniciados. Mas a função do cérebro se reduz, então, a sofrer certos efeitos das outras representações e a esboçar, como dizíamos, as articulações motoras. É nisto que o cérebro é indispensável ao restante da representação, e não pode ser lesado sem que uma perturbação mais ou menos geral da representação aconteça em seguida. Mas ele não esboça as próprias representações; pois não poderia, sendo ele uma representação, esboçar a totalidade da representação a não ser que deixasse de ser uma parte para tornar-se a totalidade da representação. Formulada numa linguagem rigorosamente idealista, a tese do paralelismo se resumiria nesta proposição contraditória: *a parte é o todo*.

Mas a verdade é que se passa inconscientemente de um ponto de vista idealista a um ponto de vista pseudo-realista. Começou-se por fazer do cérebro uma representação como as outras, encaixada nas outras representações e inseparável delas: os movimentos interiores do cérebro, representação entre representações, não podem, pois, suscitar outras representações, já que as outras representações são dadas com eles, em torno deles. Mas insensivelmente chega-se a erigir o cérebro e os movimentos intracerebrais em *coisas*, isto é, em causas ocultas por trás de uma certa representação e cujo poder se estende infinitamente mais longe do que o que é nele representado. Por que este deslizamento do idealismo para o rea-

lismo? Ele é favorecido por muitas ilusões teóricas; mas não nos deixaríamos levar tão facilmente por elas se não nos crêssemos encorajados pelos fatos.

Ao lado da percepção, com efeito, há a memória. Quando rememoro os objetos que foram uma vez percebidos, eles podem não mais estar presentes. Meu corpo permanece só; e, entretanto, as outras imagens tornam-se visíveis na forma de lembranças. É preciso, pois, que meu corpo, ou alguma parte dele, possua o poder de evocar as outras imagens. Admitamos que ele não as cria: ao menos é capaz de suscitá-las. Como o faria, se a um estado cerebral determinado não correspondessem lembranças determinadas, e se não houvesse, exatamente neste sentido, paralelismo entre o trabalho cerebral e o do pensamento?

Responderemos que, na hipótese idealista, é impossível representar um objeto na ausência completa do próprio objeto. Se nada há no objeto presente além do que é representado, se a presença do objeto coincide com a sua representação, qualquer parte da representação do objeto será, de alguma forma, uma parte de sua presença. A lembrança não será mais o próprio objeto, concordo; faltaria-lhe para isto muitas coisas. Primeiramente, ela é fragmentária; apenas retém ordinariamente alguns elementos da percepção primitiva. Depois, ela só existe para a pessoa que a evoca, enquanto o objeto faz parte de uma experiência comum. Enfim, quando a representação-lembrança surge, as modificações concomitantes da representação-cérebro não são mais, como no caso da percepção, os movimentos bastante fortes para excitar a representação-organismo a reagir imediatamente. O corpo não se sente mais *abalado* pelo objeto percebido, e como é nesta *sugestão de atividade* que consiste o *sentimento da atualidade*, o objeto representado não aparece mais como atual: é isto que exprimimos dizendo que ele não é mais presente. A verdade é que, na hipótese idealista, a lembrança só pode ser uma película destacada da representação primitiva ou, o que dá no mesmo, do objeto. Ele está sempre presente, mas a consciência dele desvia sua atenção enquanto não tem alguma razão para considerá-lo. Ela só tem interesse em percebê-lo quando se sente capaz de utilizá-lo, isto é, quando o estado cerebral presente esboça já algumas das reações motoras nascentes que o objeto real (isto é, a representação completa) teria determinado: este começo de atividade do corpo confere à representação um começo de atualidade. Mas isto não quer dizer que haja então “paralelismo” ou “equivalência” entre a lembrança e o estado cerebral. As reações motoras esboçam, com efeito, alguns dos efeitos possíveis da representação que vai aparecer, e não esta própria representação; e como a mesma reação motora pode seguir-se muito bem de diferentes lembranças, não é uma lembrança determinada que será evocada por um estado determinado do corpo, são, ao contrário, lembranças diversas igualmente possíveis, entre as quais a consciência escolherá. Elas somente serão submetidas a uma condição comum: a de entrar no mesmo quadro motor. Nisto consistirá sua “semelhança”, termo vago nas teorias correntes da associação, e que adquire um sentido preciso quando o definimos como a identidade das articulações motoras. Não insistiremos neste ponto, que foi objeto de um trabalho anterior. É-nos suficiente dizer que, na hipótese idealista, os objetos percebidos coincidem com a representação completa

e completamente ativa, os objetos rememorados, com a mesma representação incompleta e incompletamente ativa, e que em nenhum dos casos o estado cerebral equivale à representação, pois é parte dela. Passemos agora ao realismo, e vejamos se a tese do paralelismo psicofisiológico se tornará mais clara.

Eis ainda os objetos que povoam o campo de minha visão; eis, entre eles, meu cérebro; eis enfim, nos meus centros sensoriais, deslocamentos de moléculas e de átomos ocasionados pela ação dos objetos exteriores. Do ponto de vista idealista, eu não teria o direito de atribuir a estes movimentos internos o misterioso poder de se duplicarem em representação das coisas exteriores, pois eles eram tudo o que era representado e, já que, por hipótese, nós os representávamos como movimentos de certos átomos do cérebro, eles eram movimentos de átomos do cérebro e nada mais. Mas a essência do realismo é supor por trás de nossas representações uma causa diferente delas. Nada impediria, parece, de considerar as representações dos objetos exteriores como implicadas nas modificações cerebrais. Para certos teóricos, estes estados cerebrais serão verdadeiramente criadores da representação, que é apenas o “epifenômeno” deles. Outros suporão, à maneira cartesiana, que os movimentos cerebrais ocasionam simplesmente a aparição de percepções conscientes, ou ainda que estas percepções e estes movimentos são apenas aspectos de uma realidade que não é nem movimento nem percepção. Todos concordarão, todavia, em dizer que a um estado cerebral determinado corresponde um estado de consciência determinado, e que os movimentos interiores da substância cerebral, considerados separadamente, revelariam, a quem os soubesse decifrar, o detalhe completo do que se passa na consciência correspondente.

Mas como não ver que a pretensão de considerar separadamente o cérebro, o movimento de seus átomos, envolve aqui uma verdadeira contradição? Um idealista tem o direito de declarar isolável o objeto que lhe fornece uma representação isolada, pois o objeto não se distingue, para ele, da representação. Mas o realismo consiste precisamente em rejeitar esta pretensão, em considerar artificiais ou relativas as linhas de separação que nossa representação traça entre as coisas, em supor além delas um sistema de ações recíprocas e de virtualidades emaranhadas, enfim, em definir o objeto não mais pelo fato de pertencer à nossa representação, mas por sua solidariedade com o todo de uma realidade incognoscível em si mesma. Quanto mais a ciência aprofunda na natureza do corpo em direção à sua “realidade”, tanto mais ela reduz cada propriedade deste corpo e, conseqüentemente, sua própria existência, às relações que ele mantém com o restante da matéria capaz de influenciá-lo. Verdadeiramente, os termos que se influenciam reciprocamente — seja qual for o nome que lhes dermos, átomos, pontos materiais, centros de força, etc. — são, a seus olhos, apenas termos provisórios; é a influência recíproca ou *interação* que constitui para a ciência a realidade definitiva.

Ora, comecemos por nos dar um cérebro que objetos exteriores modificam, dizemos, de maneira a suscitar representações. Depois fizemos “tábula rasa” destes objetos exteriores ao cérebro e atribuímos à modificação cerebral o poder de

desenhar, por ela mesma, a representação do objeto. Mas, ao retirar os objetos que o rodeiam, retiramos também, queiramos ou não, o estado cerebral que deles empresta suas propriedades e sua realidade. *Somente o conservamos porque passamos sub-repticiamente para o sistema de notação idealista onde se coloca como isolável de direito o que está isolado na representação.*

Consideremos nossa hipótese. Os objetos exteriores e o cérebro estando presentes, a representação se produz. Devemos dizer que esta representação não é função do estado cerebral unicamente, mas do estado cerebral e dos objetos que o determinam, este estado e estes objetos formando agora um bloco indivisível. A tese do paralelismo, que consiste em destacar os estados cerebrais e em supor que eles poderiam criar, ocasionar, ou ao menos exprimir, unicamente por eles mesmos, a representação dos objetos, não poderia ainda desta vez ser enunciada sem se destruir a si própria. Numa linguagem estritamente realista ela se formularia assim: *uma parte, que deve tudo o que é ao restante da totalidade, pode ser concebida como subsistente quando todo o resto desaparece.* Ou ainda, de maneira mais simples: *Uma relação entre dois termos equivale a um deles.*

Ou os movimentos de átomos que se realizam no cérebro são realmente o que exibem na representação que deles teríamos, ou são diferentes. Na primeira hipótese serão tais como os percebemos, e o restante de nossa percepção será então outra coisa: haverá, entre eles e o restante, uma relação de conteúdo a continente. Este é o ponto de vista idealista. Na segunda hipótese, a realidade íntima desses movimentos é constituída pela sua solidariedade com todo o mais que está por trás das outras percepções que temos: e, pelo fato mesmo de considerar sua realidade íntima, consideramos a totalidade do real com a qual formam um sistema indivisível: o que quer dizer que o movimento intracerebral, considerado como um fenômeno isolado, desaparece, e não podemos mais ter como substrato de toda a representação um fenômeno que é apenas uma parte dela, e uma parte recortada artificialmente.

Mas a verdade é que o realismo jamais se mantém em estado puro. Podemos pôr a existência da realidade em geral por trás da representação: quando começamos a falar de uma realidade em particular, queiramos ou não, fazemos com que a coisa coincida mais ou menos com a representação que temos dela. Sobre o fundo da realidade oculta, onde tudo está necessariamente implicado em tudo, o realismo desdobra as representações explícitas que são para o idealista a própria realidade. Realista ou idealista no momento em que põe a realidade, ele torna-se idealista quando afirma qualquer coisa sobre ela, pois a notação realista apenas pode consistir, nas explicações de detalhe, em inscrever sob cada termo da notação idealista um sinal que assinala seu caráter provisório. Seja; mas o que dissemos acerca do idealismo vai então se aplicar ao realismo que imita o idealismo. E fazer dos estados cerebrais o equivalente das percepções e das lembranças consistirá sempre, seja qual for o nome que dermos ao sistema, em afirmar que a parte é o todo.

Aprofundando os dois sistemas, veríamos que o idealismo tem por essência o fato de se deter no que está dado no espaço e nas divisões espaciais, enquanto

o realismo tem estes dados por superficiais e estas divisões por artificiais: ele concebe, por trás das representações justapostas, um sistema de ações recíprocas, e conseqüentemente uma *implicação* das representações umas nas outras. Como, por outro lado, nosso conhecimento da matéria não pode derivar inteiramente do espaço, e como a implicação recíproca de que se trata, por mais profunda que seja, não se pode tornar extra-espacial sem tornar-se extracientífica, o realismo não pode ultrapassar o idealismo em suas explicações. Estamos sempre mais ou menos no idealismo (tal como o definimos) quando somos cientistas: caso contrário, não pensaríamos sequer em considerar partes isoladas da realidade para condicioná-las umas em relação às outras, o que constitui a própria ciência. A hipótese do realismo não é mais do que um ideal destinado a lembrar-nos que nunca aprofundaremos suficientemente a explicação da realidade, e que deveremos estabelecer relações cada vez mais íntimas entre as partes do real que se justapõem, a nossos olhos, no espaço. Mas o realista não se pode impedir de hipostasiar este ideal. Ele o hipostasia nas representações dadas que seriam para o idealista a própria realidade. Estas representações tornam-se então, para ele, outras *coisas*, isto é, reservatórios contendo virtualidades ocultas: o que lhe permitirá considerar os movimentos intracerebrais (erigidos desta-vez em coisas e não mais em simples representações) como encerrando potencialmente a totalidade da representação. Nisto consistirá sua afirmação do paralelismo psicofisiológico. Ele esquece que havia situado o reservatório fora da representação e não dentro dela, fora do espaço e não no espaço, e que, em todo caso, sua hipótese consistia em supor a realidade ou indivisível ou articulada de forma diferente da representação. Fazendo corresponder a cada parte da representação uma parte da realidade, ele articula o real da mesma forma que a representação, ele desdobra a realidade no espaço, e abandona seu realismo pelo idealismo, em que a relação do cérebro ao restante da representação é evidentemente a da parte ao todo.

Falava-se primeiramente do cérebro tal qual o víamos, tal qual o destacávamos do conjunto de nossa representação: ele era pois apenas uma representação e estávamos no idealismo. A relação do cérebro ao restante da representação era então, repetimos, da parte ao todo. Disto passamos bruscamente para uma realidade que seria *subjacente* à representação: seja, mas então ela é subespacial, o que significa que o cérebro não é uma entidade independente. Só há, agora, a totalidade do real incognoscível em si, sobre a qual se estende a totalidade de nossa representação. Estamos no realismo; e, tanto neste realismo como no idealismo de há pouco, os estados cerebrais não são o equivalente da representação: é, repetimos, a totalidade dos objetos percebidos que entrará ainda (desta vez dissimulada) na totalidade de nossa percepção. Mas eis que, quando se trata do detalhe do real, continuamos a compô-lo da mesma maneira e segundo as mesmas leis da representação, o que equivale a não mais distingui-los um do outro. Voltamos, pois, ao idealismo, e deveríamos nele permanecer. Mas não. Conser-vamos realmente o cérebro tal qual é representado, mas esquecemos que, se o real está desdobrado na representação, *estendido* nela e não *contraído* nela, ele não pode mais encerrar as potencialidades e as virtualidades de que falava o realismo; erigimos, então, os movimentos cerebrais em equivalentes de toda a representa-

ção. Oscilamos, pois, do idealismo ao realismo e do realismo ao idealismo, mas tão rapidamente que nos acreditamos imóveis e, de alguma forma, a cavaleiro dos dois sistemas reunidos num só. Esta aparente conciliação de duas afirmações inconciliáveis é a própria essência da tese do paralelismo.

Tentamos dissipar a ilusão. Não pretendemos tê-lo conseguido inteiramente, tantas são as idéias simpáticas à tese do paralelismo que se agrupam em torno dela para defendê-la. Destas idéias, algumas foram engendradas pela própria tese do paralelismo; outras, pelo contrário, anteriores a ela, produziram a união ilegítima de que a vimos nascer; outras, enfim, sem relações familiares com ela, tomaram-na por modelo à força de viver a seu lado. Todas formam atualmente, junto dela, uma imponente linha de defesa, a qual se forçamos em um ponto, torna-se mais resistente em outro. Citemos em particular:

1.º A idéia implícita (poderíamos mesmo dizer inconsciente) de uma *alma cerebral*, isto é, uma concentração da representação na substância cortical. A representação uma vez deslocando-se com o corpo, raciocinamos como se houvesse, no próprio corpo, o equivalente da representação. Os movimentos cerebrais seriam estes equivalentes. A consciência, para perceber o universo sem se alterar, só tem que se dilatar no espaço restrito da superfície do cérebro, verdadeira “câmara escura” em que se reproduz em tamanho reduzido o mundo circundante.

2.º A idéia de que toda causalidade é mecânica, e que não há nada no universo que não seja calculável matematicamente. Então, como nossas ações derivam de nossas representações (tanto passadas quanto presentes), é necessário, sob pena de admitir uma derrogação da causalidade mecânica, supor que o cérebro de onde parte a ação continha o equivalente da percepção, da lembrança e do próprio pensamento. Mas a idéia de que o mundo inteiro, inclusive os seres vivos, depende da matemática pura, é apenas um ponto de vista *a priori* do espírito, que remonta ao cartesianismo. Podemos exprimi-lo de maneira moderna, traduzi-lo na linguagem da ciência atual, relacionar-lhe um número crescente de fatos observados (a que fomos conduzidos por intermédio dele) e atribuir-lhe então origens experimentais: nem por isto a parte mensurável do real ficará menos limitada, e a lei, considerada como absoluta, conserva o caráter de uma hipótese metafísica, que ela já possuía no tempo de Descartes.

3.º A idéia de que para passar do ponto de vista (idealista) da *representação* ao ponto de vista da *coisa em si* é suficiente substituir à nossa representação imagética e pitoresca esta mesma representação reduzida a um contorno sem cor e às relações matemáticas de suas partes entre si. Hipnotizados, por assim dizer, pelo vazio que nossa representação acaba de produzir, aceitamos a sugestão de não sei que maravilhosa significação inerente a um simples deslocamento de pontos materiais no espaço, isto é, a uma percepção diminuída, ao passo que jamais pensaríamos em dotar de tal virtude a imagem concreta, entretanto mais rica, que encontramos em nossa percepção imediata. A verdade é que é preciso optar entre uma concepção da realidade que a espalha pelo espaço e, conseqüentemente, pela representação, considerando-a totalmente como atual ou atualizável, e um siste-

ma em que a realidade se torna um reservatório de potencialidades, estando então concentrada em si mesma e, conseqüentemente, sendo extra-espacial. Nenhum trabalho de abstração, de eliminação, de diminuição enfim, efetuado sobre a primeira concepção nos aproximará da segunda. Tudo o que tivermos dito acerca da relação do cérebro à representação num idealismo pitoresco, que se detém nas representações imediatas ainda coloridas e vivas, se aplicará *a fortiori* a um idealismo científico, em que as representações estão reduzidas a seu esqueleto matemático, mas onde aparece ainda mais claramente, com seu caráter espacial e sua exterioridade recíproca, a impossibilidade para uma delas de encerrar todas as outras. Pelo fato de termos feito desaparecer das representações extensas as qualidades que as diferenciam na percepção, jogando umas contra as outras, não teremos avançado um passo em direção à realidade supostamente em tensão, e tanto mais real, conseqüentemente, quanto mais inextensiva. O mesmo seria imaginar que uma moeda usada, que perdeu a marca exata de seu valor, adquiriu um valor indefinido de compra.

4.º A idéia de que, se duas totalidades são solidárias, cada parte de uma é solidária de determinada parte da outra. Então, como não há estado de consciência que não tenha concomitante cerebral, como uma variação do estado cerebral não acontece sem uma variação do estado de consciência (embora o inverso não seja necessariamente verdadeiro em todos os casos), como, enfim, uma lesão da atividade cerebral provoca uma lesão da atividade consciente, concluímos que a qualquer fração do estado de consciência corresponde uma parte determinada do estado cerebral, e que os dois termos são, portanto, intercambiáveis. Como se tivéssemos o direito de estender ao detalhe das partes, relacionadas uma à outra o que foi apenas observado ou inferido de duas totalidades, e converter assim uma relação de solidariedade em uma relação de equivalente a equivalente! A presença ou a ausência de um parafuso que pode fazer com que a máquina funcione ou não: daí se segue que cada parte do parafuso corresponde a uma parte da máquina, e que a máquina tenha seu equivalente no parafuso? Ora, a relação do estado cerebral com a representação poderia muito bem ser a do parafuso com a máquina, isto é, da parte com o todo. Essas quatro idéias implicam um grande número de outras, que seria interessante analisar por sua vez, pois aí encontraríamos outras tantas harmônicas de alguma forma, cujo som fundamental é dado pela tese do paralelismo. Procuramos apenas, no presente estudo, destacar a contradição inerente à própria tese. Precisamente porque as conseqüências a que ela conduz e os postulados que ela encerra recobrem, por assim dizer, todo o domínio da filosofia, pareceu-nos que este exame crítico se impunha, e que ele poderia servir de ponto de partida para uma teoria do espírito, considerado em suas relações com o determinismo da natureza.